



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 138/139

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... José Maria Ferreira  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O S

### ***DIÁRIO Nº 138***

#### ***114ª SESSÃO ORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 03**

**Presenças ..... 03**

**Abertura da Sessão ..... 03**

**Expediente:**

Indicações ..... 04

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 09

**Homenagem ao 30º aniversário de  
falecimento de João Goulart**

**Proponente:**

Dep. Barbosa Neto ..... 11

**Oradores**

Dep. Fed. Leonel Brizola Neto . 12

Sr. Leo de Almeida Neves..... 13

**Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto ..... 20

**Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 21

**Discussão/Votação**

Redação Final..... 21

2ª Discussão ..... 23

1ª Discussão ..... 24

Requerimentos ..... 27

**Encerramento da Sessão ..... 27**

### ***DIÁRIO Nº 139***

#### ***23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA***

##### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....28**

**Presenças.....28**

**Abertura da Sessão .....28**

**Expediente:**

Requerimento .....28

**Ordem do Dia:**

Discussão/Votação

Redação Final .....29

2ª Discussão .....30

1ª Discussão .....31

**Encerramento da Sessão .....32**

**Publicações**

Diretoria Geral

Portarias .....32

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 138**

### **114ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva.....03**

**Presenças.....03**

**Abertura da Sessão .....03**

#### **Expediente:**

Indicações .....04

Requerimentos .....04

Projetos de Lei.....09

**Homenagem ao 30º aniversário de  
falecimento de João Goulart**

Proponente:

Dep. Barbosa Neto ..... 11

Oradores

Dep. Fed. Leonel Brizola Neto . 12

Sr. Leo de Almeida Neves ..... 13

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto ..... 20

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 21

Discussão/Votação

Redação Final ..... 21

2ª Discussão ..... 23

1ª Discussão ..... 24

Requerimentos ..... 27

**Encerramento da Sessão ..... 27**

### **DIÁRIO Nº 138**

### **114ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

**15ª LEGISLATURA**

**ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**REALIZADA EM**

**05 DE DEZEMBRO DE 2006**

*(terça-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühler, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira,

Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni, (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (11).

Em viagem representativa o Sr. Deputado Vanderlei Iensen (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Indicação**

INDICAÇÃO Nº 029/06

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná

O Deputado Jocelito Canto dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Com o intuito de equilibrar os vencimentos dos Diretores de Escolas Estaduais, adequando-os à responsabilidade progressiva vinculada ao número de alunos matriculados nas Escolas que dirigem.

Proposta de acrescentar o artigo 27-A a Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004.

Art. 27-A Serão concedidas gratificações sobre o vencimento inicial da carreira de professor, correspondente ao Nível I, Classe I, aos professores em exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino, proporcionalmente ao número de alunos regularmente matriculados, sem prejuízo ao inciso III do artigo 27, desta lei, de acordo com as condições especificadas a seguir:

I - gratificação de 10% (dez por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 500 (quinhentos) e até 1.000 (mil) alunos;

II - gratificação de 15% (quinze por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 1.000 (mil) e até 1.500 (mil e quinhentos) alunos;

III - gratificação de 20% (vinte por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 1.500 (mil e quinhentos) e até 2.000 (dois mil) alunos;

IV - gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 2.000 (dois mil) e até 2.500 (dois mil e quinhentos) alunos;

V - gratificação de 30% (trinta por cento) para o exercício da função de Diretor de Estabelecimento de Ensino com mais de 3.000 (três mil) alunos.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) JOCELITO CANTO

**JUSTIFICATIVA:**

Por certo, quanto maior o número de alunos em uma escola, maiores serão as responsabilidades e a carga de trabalho a serem assumidas pela sua Direção. Nada mais justo então que os professores que respondem por tal cargo recebam gratificação gradualmente proporcional à carga de trabalho que executam. Esta é uma reivindicação antiga da classe.

Assim, a presente indicação tem por objetivo propor uma forma de sanar esta deficiência, apresentando solução para que haja maior equilíbrio entre a carga de trabalho e os vencimentos dos diretores de Escolas Estaduais do Estado do Paraná, e, para tanto, pedimos apoio dos nobres Pares desta Casa.

**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2678

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2696

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o duto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Donata Moreira Gonçalves.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2709

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem, mui respeitosamente, REQUER votos de pesar aos familiares do Dr. João Milano, pelo falecimento ocorrido no dia 25 de novembro de 2006.

Tendo em vista a apresentação deste requerimento, solicitamos ainda a especial gentileza em notificar a direção estadual do PPS - Partido Popular Socialista para que esta se encarregue de notificar os familiares, na pessoa da Sra. Milva Milano, acerca do voto em apreço, no endereço: à Rua Desembargador Hugo Simas, 322 - Hospital Nossa Senhora do Pilar, Bom Retiro, Curitiba-PR, CEP: 80520-250.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) MARCOS ISFER

REQUERIMENTO Nº 2674

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações à população do município de Ipiranga, através de seu Prefeito, Sr. Luiz Carlos Blum, pelas comemorações, no dia 07 de dezembro, do aniversário de 112 (cento e doze) anos de Emancipação Político-Administrativa do município.

Requer ainda, que se dê ciência ao mesmo através de correspondência a ser encaminhada para a Prefeitura Municipal, Rua XV de Novembro, 545, CEP: 84.450-000, Ipiranga-PR.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) JOCELITO CANTO

## REQUERIMENTO Nº 2676

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à estudante de Toledo, Kelli Carolina Bassani, por ter recebido o Prêmio Escrevendo o Futuro, no gênero “memórias” com o texto “O valetão que engolia meninos e outras histórias de Pajé”.

O texto de Kelli foi escolhido entre os sete finalistas da categoria e venceu contando a vida de um dos pioneiros da cidade de Toledo, Clóvis Turati, o Pajé, e sua influência na história da rua 07 de setembro, principal via da Região Central da Cidade: “o Pajé trabalhava como engraxate na Rua 7 de Setembro ainda quando criança. Sem tempo para brincar, ele e seus amigos só tinham folga quando chovia. Eles se escondiam nos seus caixotes nos fundos de uma bodega e faziam guerra de mamona num valetão que existia no início da rua. Além de resgatar a história da rua central de Toledo, a aluna trata da questão do trabalho infantil.

É justa a homenagem a essa jovem aluna, que honra sobremaneira este Estado do Paraná, demonstrando a importância do investimento em educação pública.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2677

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito de Mandaguaçu, Dr. José Antônio Gargantini, reeleito para a presidência do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Setentrião Paranaense.

A recondução do Prefeito demonstra o apoio conquistado com trabalho e competência.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2682

Senhor Presidente:

Atendidas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações ao Prefeito do município de Mandaguaçu, Dr. José Antônio Gargantini, e ao Presidente da Câmara, Vereador Ismael Ibraim Fouani, em razão do 54º aniversário do município.

A comunidade mandaguaçuense merece o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais esse evento.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2688

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Seleção Brasileira de Voleibol Masculino, pela conquista do bicampeonato mundial.

Requer ainda, que seja dado ciência aos atletas e equipe técnica, através da Confederação Brasileira de Voleibol, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2683

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de São Carlos do Ivaí, pela passagem, no próximo dia 16 de dezembro, do seu 50º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Jurandir Alves Contro, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Reinol Elias Junior bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Carlos do Ivaí.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É com grande alegria que toda a população de São Carlos do Ivaí estará comemorando a passagem do 50º aniversário de emancipação política, no próximo dia 16 de dezembro.

É justo e oportuno prestarmos nossa homenagem de gratidão e reconhecimento a toda a população de São Carlos do Ivaí, assim como aos seus administradores de todos os tempos.

O município serve como elemento catalisador da ação da comunidade rural e de ligação entre a liderança rural e os organismos públicos. O Prefeito e Vereadores por sentirem de perto as aspirações da gente do campo, serão capazes, no exercício de seu papel de agentes políticos, de conduzir esforços e reivindicações, mediante contatos com autoridades federais e estaduais.

O Prefeito ou o Vereador - representa a via de acesso mais eficaz para a condução dos problemas rurais a outros níveis de governo, pois dispõe de um potencial de atendimento das necessidades que poderá ser induzido por intermédio do relacionamento formal e informal das autoridades municipais.

O Poder Legislativo do Paraná, através deste Parlamentar, sente-se honrado em parabenizar toda a população de São Carlos do Ivaí no transcurso da magna data.

## REQUERIMENTO Nº 2684

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Florai, pela comemoração, no próximo dia 15 de dezembro, do seu 51º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Edson Luiz Ratti, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Mariano Donizete Tessarolo Sanches bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Florai.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Rendemos nossa homenagem e manifestamos a nossa gratidão e reconhecimento a toda a população de Florai, que de uma forma ou de outra, continua prestando eficiente colaboração para o constante progresso do município.

O crescimento de Florai é resultado da junção do trabalho de várias gestões administrativas, da determinação e espírito de luta do seu povo ordeiro e trabalhador.

Foi pela Lei Estadual nº 16, de 11 de junho de 1951, que foi criado o Distrito Administrativo de Florai, com território pertencente ao município de Nova Esperança. No dia 28 de novembro de 1955, pela Lei nº 2.512, foi criado o município. A instalação oficial deu-se no dia 02 de janeiro de 1955.

Portanto, na significativa data da comemoração do 51º aniversário de Florai, queremos nos associar às manifestações de júbilo das autoridades e do povo em geral, na certeza de que haverá uma sucessão de dias melhores.

**REQUERIMENTO Nº 2685**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Exmo. Sr. Coronel Nemésio Xavier de França Filho, pela instalação do 20º Batalhão da Polícia Militar do Estado do Paraná no Bairro Boqueirão, nesta Capital.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Coronel Nemésio Xavier de França Filho, solicitando que transmita a todos os comandados.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

No último dia 04, foi instalado pelo Comando da Polícia Militar, o 20º Batalhão, no bairro Boqueirão nesta Capital, com a presença do Exmo. Sr. Dr. Orlando Pesutti, Governador em exercício e outras autoridades.

O novo Batalhão será responsável pelo policiamento de 29 bairros da Capital, cuja função até ontem,

era atendida pelo Regimento da Polícia Montada Coronel Dulcídio.

Em todas as épocas e em todos os tempos a Polícia Militar do Paraná, incumbiu-se da defesa da honra e da integridade do Estado do Paraná.

Pode-se afirmar ser a Polícia Militar a alma *mater* paranaense. Nela se integram o espírito de sacrifício e de heroísmo, de abnegação e renúncia, da ordem e da disciplina.

Eis porque a Polícia Militar deve estar imune às infiltrações egoísticas de grupos que não comungam com a maioria.

É então, a Polícia Militar uma escola de abnegação e de civismo.

Não se confunda, entretanto, o militar com o militarismo. O militar é o cidadão fardado a serviço do Paraná.

Glória seja, pois, à nossa Polícia Militar que sabe criar uma figura importante como essa que por si só basta para estereotipar o povo paranaense.

**REQUERIMENTO Nº 2693**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Cassiano Joaquim Gomes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2694**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Cássio Joaquim Gomes.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

**REQUERIMENTO Nº 2695**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Marcelo Favini.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2697

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Celso Ferreira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2698

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antonio Martins de Oliveira.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2699

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo a Sra. Wilza de Oliveira Rainato Genta.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência a homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2700

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Francisco Henrique Francovig.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2701

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Comodoro Olímpio César Gonçalves.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2702

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo a Sra. Dra. Edina Maria Silva de Paula.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência a homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2703

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Joel Santos Filho.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2704

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Prof. Nelson Schavalla.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2705

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Gilberto Rodrigo Machi.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2706

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Divino A. Santos.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2707

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Antonio Schuck.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2708

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao atleta paranaense e londrinense, Gilberto Amauri Godoy Filho-Giba, pela conquista do bicampeonato mundial de voleibol e pelo recebimento do título de melhor jogador do campeonato mundial.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2686

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado Estadual que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia que se digne oficial ao Sr. Governador do Estado para que determine à Secretaria de Estado da Cultura, através do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná gestões pró-preservação da antiga Casa Guernieri, bem cultural da cidade de São José dos Pinhais.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

A referida casa, de tábuas e ripas de pinho, datada de 1920, constitui patrimônio cultural do Paraná. Está ameaçando ruína, podendo ser transplantada do atual terreno que ocupa para área pública onde, com pequeno investimento, pode tornar-se atração turística e bem cultural preservado destinado a dar testemunho histórico aos que vão nascer.

Pode-se ver, pela documentação anexa, a beleza e a importância da edificação. Sugerimos o terreno público ao lado da Usina do Conhecimento, à rua Veríssimo Marques, para preservação da antiga edificação de madeira de pinho.

Seja o mesmo ofício encaminhado ao Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, Leopoldo Costa Meyer, rua Passos de Oliveira, 1101 - 80030-720 e ao Presidente da egrégia Câmara de Vereadores, Assis Manoel Pereira, rua Veríssimo Marques, 699 - Centro - 83005-410.

#### REQUERIMENTO Nº 2689

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Geral da Agência Nacional do Petróleo - ANP - Sr. Haroldo Borges Rodrigues Lima, encaminhando o artigo do Sr. Eduardo Maluf "O Direito de Escolher", publicado na Folha de Londrina de 04.12.06 e solicitando providências da ANP em relação à denúncia exposta.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2690

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o



douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, Exmo. Sr. Emerson José Nerone, encaminhando solicitação da Associação Filantrópica Espaço de Convivência.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2691

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Cel. QOPM Nemésio Xavier de França Filho, solicitando que seja restabelecido o fornecimento de alimentação para os quinze homens do Pelotão da Polícia Militar de Bela Vista do Paraíso, subordinado ao 15º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Rolândia.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2692

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Diretor Presidente da Copel - Companhia Paranaense de Energia Elétrica, Sr. Rubens Ghilardi, solicitando explicações referentes a alterações no consumo de energia elétrica dentro do programa Luz Fraterna.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2687

Senhor Presidente:

O Deputado que o subscreve presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Av. Presidente Kennedy - Bairro Portão, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nessa avenida, nas proximidades do nº 3993. Constantemente ocorrem assaltos nas residências locais, inclusive vários assaltos numa mesma residência. No ano de 1995 já existiam tais ocorrências, inclusive pedidos de policiamento já foram feitos através de nosso Gabinete Parlamentar.

Os usuários do Terminal do Portão também estão sendo assaltados diariamente, necessitando de policiamento. Os moradores propõem a reativação do Módulo Policial sito na praça em frente ao terminal, o qual foi desativado e em decorrência desse fato os assaltantes agem livremente, causando medo e apreensão para a comunidade.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2675

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à Diretora Presidente da Cohapar, Rosângela Curra Kosak, solicitando informações sobre a existência de projeto para a construção de casas populares no Distrito de Iguatemi, em Maringá.

Requer, outrossim, existindo previsão, informações sobre o início das obras e número de unidades habitacionais. Trata-se de reivindicação da Federação Comunitária dos Moradores da região.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

### *Projetos de Lei*

#### PROJETO DE LEI Nº 565/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a implantar o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, no Consórcio Intermunicipal de Saúde - CIS, de Paranaíba-PR.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de recursos orçamentários da área de saúde.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva oferecer aos moradores da região um serviço extremamente necessário, que é o atendimento imediato no local do acidente com melhores condições, uma vez que a UTI móvel possui aparelhagem e equipamentos adequados e imprescindíveis aos primeiros socorros a acidentes graves, além de possibilitar o transporte dos mesmos aos hospitais da região, e para outros municípios. Vale salientar que a medida irá atender cerca de 28 municípios da região.

É dever do Estado, garantir o acesso da população à saúde, mais especificamente no transporte de pacientes em casos de urgência/emergência.

#### PROJETO DE LEI Nº 566/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual, autorizado a implantar uma central de UTI Móvel no Hospital Regional do Noroeste, no município de Paranaíba.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de recursos orçamentários da área de saúde.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) LUIZ ACCORSI

#### JUSTIFICATIVA:

A carência no atendimento de cidadãos que necessitam de tratamento na área de saúde é enorme. Cresce o número de casos de pessoas que faleceram por falta de um rápido atendimento médico no Estado do Paraná.

Através da central de UTI móvel, será possível um atendimento mais ágil e eficiente. Garantindo um atendimento rápido, muitas vidas poderão ser salvas.

A implantação de uma central de UTI móvel é de grande urgência para Paranavaí e região.

Assim, é imperativa a aprovação deste projeto por nossos ilustres pares, pois a população de nosso Estado não pode mais sofrer por falta de infra-estrutura.

#### PROJETO DE LEI Nº 567/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º São operações de exportação as vendas de pedras preciosas e semipreciosas, metais preciosos, suas obras e artefatos de joalheria do Capítulo 71 da NCM/SH, com pagamento em moeda estrangeira, realizadas em estabelecimentos sediados em portos e aeroportos paranaenses a pessoas físicas não residentes no País com destino ao exterior, em quantidades que não caracterizem intuito de comércio.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado da Fazenda editará as normas de fiscalização e controle das operações de exportação aludidas no *caput*, em caráter complementar às estabelecidas pelo Governo da União para os inscritos no Registro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Art. 2º Acrescenta-se parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 14.985, de 06 de janeiro de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 1º...

Parágrafo Único. O disposto no *caput* também se aplica à importação de bem ou mercadoria com certificação de origem de países da América Latina, cujo ingresso em território paranaense se dê por rodovia.”

Art. 3º O Poder Executivo cancelará eventuais créditos de ICMS relativos a estornos proporcionais decorrentes de diferença de tributação na aquisição de produtos de cesta básica de alimentos.

Parágrafo Único. Fica atribuída à Secretaria de Estado da Fazenda a competência para determinar, de ofício ou a requerimento do interessado, o cancelamento dos créditos tributários aludidos no *caput*, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não.

Art. 4º Ficam convalidados os atos fiscais praticados pelos contribuintes do ICMS sob a égide das Leis nºs 13.212 e 13.214 de 29 de junho de 2001, editadas no interesse de proteger a economia paranaense, nos termos do artigo 2º da Lei 10.689, de 23 de dezembro de 1993.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

O artigo 1º deste projeto de lei cuida de, em declarando a não-incidência do ICMS nas vendas das mercadorias arroladas a estrangeiros em trânsito pelo Paraná, implementar em nossa legislação prática universal nas relações de turismo. Ademais, trata-se de operações típicas que estimulam e ampliam os laços de interação entre os povos e as suas culturas e ensinam a constituição de um ambiente de trocas que beneficia outros campos da atividade econômica.

O artigo 2º preenche lacuna percebida na edição da Lei nº 14.865/06, que, na sua versão primitiva, contemplava com o favor fiscal apenas as importações realizadas por portos e aeroportos paranaenses, vale dizer as internalizadas por via aérea ou marítima. Com a adição do parágrafo único ao artigo 1º da mencionada lei, ficam também inseridos os ingressos de bens e mercadorias por rodovia, modal de transporte preponderantemente utilizado nas relações de comércio com os nossos vizinhos latino-americanos.

O Governo do Estado do Paraná, em caráter pioneiro no país, instituiu em 1991, redução da carga tributária do ICMS privilegiando generosa lista de alimentos integrantes da denominada cesta básica. A Lei nº 9870, veiculada com esboço no artigo 155, parágrafo 2º, III, inseriu no universo jurídico paranaense a modulação seletiva do gravame do imposto estadual em função da essencialidade das mercadorias.

A alíquota selecionada para incidir sobre os produtos componentes da cesta básica foi a de 7%, devendo-se ter presente que aquisição de ditos bens em operações interestaduais se dava a um ônus de 12%. O princípio da não-cumulatividade do ICMS operar-se-ia, então, mediante a soma algébrica de um débito dimensionado a 7% e um crédito a 12% do valor da operação. Passaram a surgir controvérsias entre fisco e contribuinte, aquele indicando devesse, para a espécie, haver estorno proporcional do crédito de 12 para 7% e este arguindo e demonstrando que, desta forma e da ótica financeira, estar-se-ia frustrando o objetivo da lei, que era o de atribuir ônus final de

ICMS equivalente a 7% do valor de venda da cesta básica de alimentos.

Em maio de 2003, editando o Decreto nº 1.262, o Poder Executivo com fulcro no artigo 84, IV da Constituição Federal/1988, declarou inexigível a anulação proporcional dos créditos nessas operações. Mais recentemente, o Tribunal de Contas do Estado, em sua composição plena, uniformizou jurisprudência na mesma direção (Acórdão nº 1.310/06, de 14 de setembro de 2006).

Decorre daí o artigo 3º, que tem o condão de atribuir ao Poder Executivo a iniciativa de providências necessárias ao cancelamento de eventuais créditos tributários desta espécie ainda integrantes de processos administrativo-fiscais e (ou) judiciais.

A motivação do artigo 4º reside em fenômeno distinto. O Governo do Estado do Paraná, em diversos momentos, tem se socorrido em comando legal que lhe confere a atribuição de salvaguardar os interesses de economia paranaense, nas hipóteses em que agredido o seu poder de competição em decorrência de outorga de favores fiscais ou financeiros por outras Unidades da Federação. O princípio programático encontra-se insculpido no artigo 2º, da Lei nº 10.689, de 23 de dezembro de 1993, *verbis*: “Art. 2º Havendo concessão por qualquer outro Estado ou pelo Distrito Federal, de benefício fiscal ou financeiro relativo ao ICMS, do qual resulte redução ou eliminação direta ou indireta da respectiva carga tributária, com inobservância da legislação federal que regula a celebração de acordos exigidos para tal fim, e sem que haja aplicação das sanções nela previstas, fica o Poder Executivo autorizado a adotar medidas similares de proteção à economia paranaense.”

Recente decisão do Supremo Tribunal Federal (ADI nº 3422, extrato da Ata n. 32, publicada no DJU n. 222, em 21, nov., 2006) retirou a eficácia das Leis nºs 13.212 e 13.214, de 29 de junho de 2001, embora prevaleçam, vigorantes idênticos benefícios oferecidos a empresas sediadas em outros Estados.

Por derradeiro, quer-se referir que a iniciativa deste projeto de lei, então, visa a restaurar ambiente de segurança jurídica e condições objetivas de desenvolvimento aos empreendimentos operantes em nosso território, tal como apreçada no preâmbulo da Constituição Cidadã de 1988.

PROJETO DE LEI Nº 568/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Denominar-se-á Rodovia Silvino Fernandes Dias, o trecho da Rodovia PR-323, entre Maringá até a ponte sobre o Rio Ivaí no município de Dr. Camargo.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Apoiamento:

Cida Borghetti.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que visa denominar-se o trecho da Rodovia PR-323, que liga a cidade de Maringá até a ponte sobre o Rio Ivaí, no município de Dr. Camargo, com o nome de Silvino Fernandes Dias, justifica-se pela importância que teve o homenageado para a região de Maringá, como pioneiro e fundador da cidade, empresário e produtor rural, casado com Dona Helena Fregadolli Dias e pai de nove filhos.

Por isso, a nossa proposta de denominar-se com o seu nome este trecho referido no projeto de lei da Rodovia PR-323, que liga o município de Maringá ao município de Dr. Camargo.

### *Pequeno e Grande Expedientes:*

### *Homenagem Póstuma pelo 30º ano de falecimento de João Goulart*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O Pequeno e o Grande Expedientes da Sessão de hoje, por requerimento do Deputado Barbosa Neto aprovado por unanimidade nesta Casa, serão destinados à homenagem póstuma pelo 30º ano de falecimento do ex-Presidente da República João Goulart.

Temos a honra de receber hoje o neto do ex-Governador do Rio, Leonel Brizola, representado pelo Deputado Federal eleito pelo Rio de Janeiro, Leonel Brizola Neto; e o nosso grande companheiro de longas datas, nosso amigo particular Leo de Almeida Neves que nos honram muito com as suas presenças.

Dando início a essa homenagem, com a palavra o autor do requerimento Barbosa Neto.

### *Proponente:*

### *Deputado Barbosa Neto (PDT)*

O SR. BARBOSA NETO

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Sr. Hermas Eurides Brandão; Exma. Sra. 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Deputada Cida Borghetti; Exmo. Sr. 2º Secretário da Assembléia, Dr. José Domingos Scarpellini; Sras. e Srs. Deputados, demais convidados; é com satisfação que nós temos a honra de receber, aqui, a presença de Leo de Almeida Neves, que foi Deputado Estadual, Deputado

Federal, que foi Presidente do Banestado, Diretor do Banco do Brasil, mas até hoje é conhecido na classe política como a grande referência paranaense e brasileira do trabalhismo.

É um momento de gala para este Deputado em particular, poder ter proposto esta homenagem pelo 30º ano de falecimento do grande João Goulart, que morreu no exílio, em circunstâncias ainda não explicadas. Uns dizem que teria sido envenenado. Mas, deixou sua marca, seu exemplo, quando da campanha da legalidade, João Goulart, que foi um dos ícones da resistência e que pensava um país melhor. Um exemplo de grande nacionalista, que foi incompreendido pelo seu tempo e que foi vítima do preconceito político daquela época.

Muito obrigado, Deputado Natálio Stica, pelo apoio. Eu gostaria de neste momento convidar para fazer uso, aqui, da palavra, ele que é o Vereador atual do Rio de Janeiro mais votado do PDT na capital fluminense, ele que é o Presidente Nacional da Juventude Socialista e aos 26 anos eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, que assessorou Leonel Brizola, junto ao seu escritório, que foi o homem que esteve ao lado de Brizola e teve a satisfação, ainda, com o benefício de ser parente de sangue, mas acima de tudo de ser seu assessor direto e poder beber na sabedoria do grande líder que este país teve, Leonel de Moura Brizola.

Com satisfação, nós recebemos tão ilustres convidados e agora peço para que assuma esta tribuna o Deputado Brizola Neto.

Muito obrigado!

## ***Oradores:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado Federal Leonel Brizola Neto.

## ***Deputado Federal Leonel Brizola Neto***

O SR. LEONEL BRIZOLA NETO

Sr. Presidente dos trabalhos da Sessão Legislativa, nobre Deputado Hermas Brandão; Deputada Cida Borghetti; Deputado Geraldo Cartário; Exmo. Sr. Leo de Almeida Neves, meu amigo e companheiro de Partido, Deputado Barbosa Neto; muito boa tarde.

Minha satisfação em estar aqui no Estado do Paraná, um Estado que eu sempre ouvi falar da melhor maneira possível, através dos relatos que meu avô fazia do Paraná, da resistência que sempre existiu aqui neste Estado; e dizer que é de extrema importância, talvez mais até do que importante é fundamental, e por isso eu quero parabenizar a iniciativa do Deputado Barbosa Neto de estar promovendo uma Sessão tão importante, uma Sessão que a gente vem aqui para recuperar a nossa história, para recuperar o nosso passado, e quem sabe resgatar

muitas coisas que andam esquecidas no nosso País, mas que são determinantes para aquilo que vivemos hoje.

Celebrar, não pode se falar em celebrar, mas mais uma vez lembrar e relembrar o falecimento do Presidente João Goulart, e agora o 30º ano do seu falecimento. É fundamental porque vamos resgatar um momento muito importante da nossa história e que parece um tanto esquecido, esquecido das Universidades, esquecido das escolas de turno normal, esquecido pela grande imprensa e esquecido por muitos políticos aqui do nosso País. É muito importante lembrarmos o período do Governo João Goulart, é muito importante lembrarmos o que foi o golpe de 64 e as conseqüências que vivemos até hoje desse período que passou o nosso País.

É importante lembrar que foi durante o Governo João Goulart, que era nada mais que o complemento do Governo iniciado pelo Presidente Vargas, se consolidava ali o regime de direitos e garantias do trabalho; se consolidava a afirmação de uma Pátria desenvolvida, e acima de tudo soberana; se consolidava ali naquele momento a inserção do Brasil como um País de ponta, como um país que é dono do seu próprio destino, onde o povo brasileiro determinava a condução do Estado brasileiro. Naquele momento o Brasil estava no caminho certo, no rumo certo para trazer o desenvolvimento, crescia a taxas elevadíssimas por ano, e mais do que isso, para dar dignidade à sua população. Pela primeira vez parecia que esse território magnífico, essa riqueza exuberante do território brasileiro, finalmente iria ao encontro do nosso povo tão sofrido. E é pela incompreensão desse momento histórico da vida brasileira que muitas coisas não se compreendem hoje em dia.

O que vivemos hoje, sem dúvida nenhuma, são as conseqüências de 1964. Se o regime de direitos e garantias do trabalho, além de não ter avançado mais, retroagiu; e para a nossa surpresa, com um Governo dito trabalhista, que avançou sobre os direitos dos trabalhadores, é porque não se compreende a importância de 1964 e não se compreende a importância do que foi o Governo João Goulart.

Então, Deputado Barbosa Neto, eu não quero me alongar, até porque hoje eu quero ouvir, quero ouvir a sabedoria de alguém que pôde conviver, alguém que esteve vivendo de perto esse período tão rico da vida política brasileira, que é Deputado Léo de Almeida Neves. Eu quero ouvir os relatos dessa pessoa que pôde viver, presenciar, estar presente naqueles momentos difíceis da vida brasileira, e dizer apenas que essa iniciativa do jovem Deputado Barbosa Neto é uma iniciativa que deveria ser seguida por todas as Assembléias Legislativas Estaduais, e que deveria também haver uma Sessão no Congresso Nacional para homenagear esse Presidente, talvez o único Presidente que tenha sido eleito duas vezes, eleito Vice-Presidente da República, e depois eleito, reconduzido ao cargo no plebiscito que decidiu pelo Presidencialismo. Esse Presidente, eleito duas vezes,

foi o Presidente deposto. E o que me causa espanto é que quando falamos do período militar se esquece que o golpe foi dado justamente em cima de um projeto, não foi em cima de uma pessoa, foi dado em cima de um projeto de desenvolvimento das potencialidades brasileiras; e houve interesse externo que não se interessava com que esse país afirmasse essa soberania e voltasse à riqueza do seu país, que hoje continua sendo drenada para os países desenvolvidos, pegasse essa riqueza e destinasse ao povo brasileiro. Esse era o sonho de João Goulart e tenho certeza que desta Assembléia.

Parabenizando o Deputado Barbosa Neto, parabeno os seus Pares que aprovaram por unanimidade esse requerimento dessa importante Sessão Legislativa que hoje aqui resgata um pouco da nossa história e nos dá um pouco de rumo, uma espécie de bússola para que possamos encaminhar melhor o nosso futuro.

Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Concedo a palavra ao ex-Deputado Léo de Almeida Neves.

### ***Sr. Léo de Almeida Neves***

O SR. LÉO DE ALMEIDA NEVES

Exmo. Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, Presidente desta Sessão; Exmo. Sr. Deputado Federal eleito Leonel Brizola Neto; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária desta Casa; Exmo. Sr. Deputado Geraldo Cartário, 2º Secretário desta Casa; Exmo. Sr. Deputado José Domingos Scarpellini; meus senhores e minhas senhoras.

Recentemente, ocupei esta tribuna, por deferência do Presidente Hermas Brandão, quando de minha posse dia 18 de setembro último, na Academia Paranaense de Letras.

Retorno, hoje, a convite da Mesa Diretora, atendendo a proposta aprovada pelo Plenário, apresentada pelo eminente Deputado Estadual Barbosa Neto, eleito no último pleito com votação expressiva à Câmara Federal, pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, o qual acabou de pronunciar palavras eloqüentes e generosas com relação a minha pessoa, que eu agradeço.

Quero agradecer, também, as referências feitas pelo eminente Deputado Leonel Brizola Neto, Vereador mais votado na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, agora escolhido pelo eleitorado carioca para representar o Estado na Câmara Federal e que tem essa imensa responsabilidade de trazer o nome de uma das personalidades mais marcantes da história brasileira, que defendeu como ninguém os melhores interesses nacionalistas e do povo brasileiro, o inolvidável Leonel de Moura Brizola.

(Lê):

“Sinto-me honrado em aceitar essa convocação e a emoção me domina para palestrar sobre a memória e a história política do estadista João Belchior Marques Goulart,

que nasceu em São Borja, RS, em 1º de março de 1918, e faleceu na Argentina, em exílio forçado pela ditadura, em 06 de dezembro de 1976, há 30 anos.

Notável figura humana, incapaz de alimentar ódios ou vinditas, ameno no trato, profundamente fraterno e cordial, tinha consideração afetiva pela esposa, pelos filhos, pela mãe Vicentina e pelas cinco irmãs.

Jango, como todo homem de fronteira era dotado de acendrado patriotismo, talvez pela proximidade do solo estrangeiro e pela lembrança dos enfrentamentos sangrentos do passado. Dedicado aos negócios da pecuária, presenciava a exploração que os frigoríficos alienígenas faziam no preço e às vezes no peso, e isso deve ter influenciado para exacerbar seu nacionalismo.

O fazendeiro gaúcho tradicional mantém relacionamento amigo e igualitário com seus peões, que compartilham da mesma cuia de chimarrão e participam igualmente das aventuras e dos perigos dos rodeios, vacinações, movimentação de rebanhos e outros quefazeres da vida campesina.

A amizade de seu pai, Vicente Goulart, com Getúlio Vargas, ambos de São Borja, influenciou a opção de Jango pela política. O auto-exílio de Getúlio em São Borja, após sua deposição em 29 de outubro de 1945, estreitou a convivência entre o jovem Jango e o estadista Vargas, tendo ficado célebre uma foto de João Goulart segurando o microfone em que o fazendeiro Vargas discursava para comitiva de visitantes, que clamavam para que aceitasse sua candidatura ao Palácio do Catete.

Bracharel em Direito, João Goulart se elegeu em 1947 Deputado Estadual pelo PTB do Rio Grande do Sul. Em 1950, é eleito Deputado Federal e no ano seguinte ocupa a Secretaria da Justiça no governo do Rio Grande do Sul.

Em 1952, aos 34 anos, assume a presidência nacional do PTB e dinamiza o Partido. Nos seus vinte anos (1945 a 1965) de existência, o Partido Trabalhista Brasileiro foi o partido que mais cresceu no Brasil em representação parlamentar, número de filiados e Diretórios Municipais. Tinha como base de sustentação o ideário nacionalista de Vargas e as realizações de seu governo no campo social e econômico. Ademais, o trabalhismo corporificava uma doutrina fundamentada nas idéias e na pregação do intelectual gaúcho Alberto Pasqualini.

O PTB sustentava a necessidade do planejamento estratégico pelo Estado brasileiro. Pretendia afirmar-se como partido de esquerda, que se dispunha a conduzir a mudança da estrutura social por métodos democráticos, até onde fosse indispensável ao bem-estar do povo.

Em 1953, Goulart é nomeado Ministro do Trabalho e valoriza o cargo, fazendo contato direto com os dirigentes sindicais de todo país, que se submetem com entusiasmo à sua liderança. Propõe a duplicação do valor do salário mínimo e é alvo do Manifesto dos Coronéis, que exigem de Getúlio Vargas implicitamente sua cabeça, acusando-o de agitador. Vargas é obrigado a demiti-lo

para evitar crise militar, mas decreta aumento de 100% no salário mínimo.

Getúlio se suicida em 24 de agosto de 1954 e entrega sua Carta Testamento a João Goulart, confirmando-o, com esse gesto, na condição de herdeiro político.

Em 1955, Jango concorre a Vice-Presidente pela coligação Partido Social Democrático - PSD e Partido Trabalhista Brasileiro - PTB, elegendo-se com mais votos que o Presidente Juscelino Kubitschek.

Em 1960, disputa novamente a Vice com o Marechal Teixeira Lott, candidato a Presidente, repetindo-se a coligação PSD-PTB. Jango se reelege, mas o Presidente eleito é Jânio Quadros da União Democrática Nacional, Partido Democrata Cristão e outros. Pelas regras eleitorais vigentes, o Vice-Presidente também era sufragado pelo voto.

Consoante determinava a Constituição Federal, João Goulart na condição de Vice-Presidente também presidia o Senado Federal.

Com a renúncia de Jânio Quadros, assumiu a Presidência da República em 7 de setembro de 1961.

João Goulart tinha grande desprendimento e não queria ser responsável por exacerbação de crises político-militares, como demonstrou nos antecedentes da eleição presidencial de outubro de 1960, conforme retrospecto e depoimento pessoal que agora relatarei.

Em fins de 1959, o PTB do Paraná, do qual eu era Secretário Geral e Presidente em Curitiba, soltou manifesto lançando a candidatura de João Goulart a Presidente na sucessão do Presidente Juscelino Kubitschek.

Dia 1º de janeiro de 1960, fui portador de uma mensagem que o Deputado Federal San Thiago Dantas me confiara na véspera, no Rio de Janeiro, ao então Vice-Presidente João Goulart, que fora passar as festas de Natal e fim de ano na Granja São Vicente, em São Borja/RS. Nesse documento San Thiago relatava que os militares de alta patente não aceitavam sua candidatura à Presidente da República pelo PTB, no pleito que se realizaria em outubro de 1960, e dava detalhes de sua conversa com o General Justino Alves Bastos, que presidia o Clube Militar.

Nesse primeiro dia do ano, Jango, sua esposa Maria Tereza e os filhos pequenos João Vicente e Denise tinham se isolado na propriedade chamada "Pesqueiro", à beira do rio Uruguai.

O pequeno avião que me conduzia aterrizou na Granja São Vicente. Convenci o administrador de Jango que precisava ir ao "Pesqueiro", porque era portador de mensagem urgente. Lá, Jango me recebeu com a proverbial cordialidade e ele mesmo assou o churrasco de ovelha, enquanto conversávamos.

O PTB do Paraná já tinha lançado a candidatura presidencial de Jango e eu insistia para que ele disputasse, não obstante as restrições militares. Jango lembrou o Manifesto dos Coronéis, que resultou em sua demissão do Ministério do Trabalho, por causa de sua proposta de

dobrar o salário mínimo de 1.200,00 cruzeiros para 2.400,00 cruzeiros.

Os militares golpistas de 29 de outubro de 1945, primeira deposição de Vargas, e de 24 de agosto de 1954, data do seu suicídio, não perdoavam Jango a quem Vargas designara seu herdeiro político.

Resignado pela impossibilidade de ele concorrer à Presidência da República em 1960, eu disse a João Goulart: 'Então o senhor será o nosso candidato à reeleição de Vice-Presidente'.

'Não, Léo, ou seria candidato a Presidente, que não posso ser porque levaria o País a uma crise militar, ou não me candidato a nada, porque não quero repetir o cargo de Vice-Presidente da República. Ficarei, apenas, presidindo o PTB', completou.

Redargui-lhe que o Partido não tinha outro nome com o seu prestígio para disputar o cargo.

Jango respondeu: 'Vamos apoiar a candidatura do Marechal Teixeira Lott a Presidente, e o Vice-Presidente será o Dr. Oswaldo Aranha, ex-Ministro da Fazenda, da Justiça e das Relações Exteriores de Vargas, e vulto exponencial da Revolução de 1930'. (Oswaldo Aranha pertencera a UDN, mas depois do suicídio de Vargas ingressara no PTB).

Contestei: 'Mas o Dr. Oswaldo Aranha tem reiterado pela imprensa que só aceita ser candidato a Presidente, jamais a Vice'.

Jango insistiu: 'Tenho um argumento que vai vencer o Dr. Oswaldo. É difícil tirar a eleição do Jânio Quadros, mas nós elegeremos o Vice-Presidente' (nessa época, podia ser eleito Presidente de um partido e Vice de outro). 'Jânio com a sua instabilidade emocional, não durará nem um ano no poder e, então, o Dr. Oswaldo Aranha será Presidente', sentenciou em tom profético.

De volta ao Rio de Janeiro, Goulart já tinha anunciado a diversos políticos sua desistência e a indicação de Oswaldo Aranha, com quem mantivera longa conversa em seu escritório, na tarde do dia 27 de janeiro de 1960. À noite desse mesmo dia, trágica notícia apressou o final de jantar no Hotel Glória, Rio de Janeiro, local da entrega do prêmio Homem Visão do Ano ao Almirante Lúcio Meira, Secretário Executivo do GEIA - Grupo Executivo da Indústria Automobilística do Governo Juscelino, responsável pela implantação da indústria automobilística no Brasil. Na mesa principal, Jango, que estava ao lado do Marechal Teixeira Lott, vai atender a telefonema e quando retorna diz: 'Marechal seu Vice Oswaldo Aranha acaba de falecer de ataque cardíaco'.

Presente ao jantar, acompanhei Lott, Jango e quase todos os presentes à residência de Oswaldo Aranha para as homenagens póstumas.

Jango rendeu-se, premido pelas circunstâncias, à condição de candidato e, como todos sabem, venceu a dupla Jan-Jan: Jânio, Presidente, Jango, Vice-Presidente.

Pouco antes de sua viagem à China Comunista, no apartamento de Jango, no 8º andar do edifício Chopin, ao lado da pérgula do famoso Hotel Copacabana Palace,

lembrei a Jango sua profecia e disse-lhe que se preparasse para assumir a Presidência, pois Jânio tinha aberto muitas frentes de luta ao mesmo tempo. Jango limitou-se a rir.

Como é sabido, Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961, imaginando que a renúncia não seria aceita e que conquistaria plenos poderes no Congresso Nacional. Não deu certo, o Presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazilli foi investido na Presidência da República. Os três ministros militares Odylo Denys, Guerra; Grun Moss, Aeronáutica; e Silvio Heck, Marinha, lançaram comunicado vetando a posse do Vice-Presidente João Goulart, que se encontrava na República Popular da China em missão oficial do governo brasileiro. Novamente Jango demonstrou sua perspicácia e sabedoria política.

Após receber a notícia em Pequim da renúncia de Jânio Quadros, os Deputados Federais e Senadores que integravam a comitiva, reunidos em jantar, ergueram um brinde ao novo Presidente da República, e Jango respondeu: 'Vamos brindar o imprevisível e tomara que não haja transtornos graves ao nosso país'.

Ele não se candidatou a Presidente da República em 1960 no intuito de amainar rancores de militares, todavia estava frente a fato concreto de intolerância e veto. Alongou o tempo de seu regresso ao Brasil, enquanto era informado dos acontecimentos. Voou passando pela Europa, Estados Unidos e chegou a Montevideu no dia 3 de setembro, oito dias após o tresloucado gesto de Jânio.

Nesse ínterim, o Governador Leonel de Moura Brizola, entrincheirado no Palácio Piratini, dispondo de cadeia radiofônica, capitaneada pela Rádio Guaíba, comandava a Campanha da Legalidade, e muitos parlamentares, entidades e militares defendiam o respeito à Constituição, corrente a que se integrou o General Machado Lopes, Comandante do 3º Exército com sede e Porto Alegre.

Entretantes, o Congresso Nacional aprovava a Emenda Parlamentarista, cujo texto Tancredo de Almeida Neves levou a Montevideu e Jango aceitou assumir com poderes restritos. Poderia, como desejava Brizola, chegar a Porto Alegre e marchar até Brasília com o povo e as forças militares legalistas para assumir a Presidência com poderes plenos.

Entretanto, João Goulart preferiu não derramar o sangue dos brasileiros e investiu-se na suprema Chefia da Nação, no dia 07 de setembro, cumprindo-se um dos mais belos capítulos da história brasileira, com uma grande vitória do povo e da democracia.

Como prova da interferência dos Estados Unidos na política interna brasileira, o serviço de inteligência norte-americano, a poderosa CIA, enviou ao Presidente John Kennedy memorando citado na obra *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*, de Moniz Bandeira, Editora Brasiliense, 1977, onde diz, entre outros comentários sobre o renunciante:

*O Vice-Presidente Goulart, sucessor constitucional de Quadros, acabou de deixar a China comunista e pelo menos nos próximos dias não estará por perto. Ele é fortemente esquerdista e as Forças Armadas não estariam dispostas a permitir-lhe que detivesse o controle real da política governamental brasileira.*

Ao contrário do que diziam seus detratores, João Goulart estava muito bem capacitado a comandar o destino do Brasil e tornar realidade seus ideais de desenvolvimento econômico sob a ótica nacionalista e do alcance da justiça social em favor dos trabalhadores.

Jango acumulou largo conhecimento da política nacional, com visão de conjunto do Senado, Câmara Federal e governos estaduais. Tinha amadurecido um Programa de Administração, baseado nas Reformas de Base, que o trabalhismo se propunha a executar quando chegasse ao Palácio do Planalto.

Para terminar seu 'doutorado político', João Goulart desfrutou outra vez o privilégio de conviver com o maior estadista do Brasil, o Presidente Getúlio Dornelles Vargas, quando este se auto-exilou nos idos de 1947 na sua fazenda em São Borja, próximo à dele, propiciando longas conversas sobre temas políticos, sociais e econômicos.

Tanto Getúlio Vargas como João Goulart sofreram impactos do recrudescimento da hegemonia econômica norte-americana no pós 2ª Guerra Mundial e da 'guerra fria' que antagonizou Estados Unidos e União Soviética, com temor do conservadorismo daqui e de lá que um país continental como o Brasil pudesse transformar-se em outra Cuba comunista.

Vargas e João Goulart eram irredutivelmente defensores do nacionalismo econômico e, ao mesmo tempo, da formação de uma sociedade solidária onde as riquezas fossem distribuídas de forma mais justa e equitativa.

A Siderúrgica de Volta Redonda, a Companhia Vale do Rio Doce, a defesa da Amazônia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico representaram fatores de robustecimento da economia.

Contudo, o que mais incomodou as corporações norte-americanas foi a criação do Conselho Nacional de Petróleo, da Petrobras e da Eletrobrás. Esta foi anunciada por Vargas em Curitiba durante as festividades do 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná, que logo a seguir enviou a Mensagem ao Congresso Nacional, aprovada e sancionada mais tarde pelo Presidente João Goulart.

A pesquisa e exploração do petróleo e a construção de refinarias atingiam diretamente o oligopólio das '7 Irmãs' petrolíferas da época e a Eletrobrás desbancava as concessionárias norte-americanas e canadenses de energia.

Durante a ditadura do Estado Novo as boas relações pessoais do Presidente Franklin Delano Roosevelt com Getúlio Vargas, e o desejo de que o Brasil se engajasse na 2ª Guerra Mundial, ensejaram relacionamento

construtivo entre as duas nações, inclusive financiamento para Volta Redonda.

No início dos anos 50, a insistência estadunidense para que o Brasil enviasse tropas para lutar na Coreia, refutada pelo Presidente, e suas medidas nacionalistas, inclusive referentes à limitação das remessas de lucros das empresas estrangeiras, fizeram piorar as relações bilaterais.

O Governo João Goulart, ainda com Tancredo Neves 1º Ministro, reatou relações diplomáticas com a União Soviética, e empenhou-se em estabelecer vínculos comerciais com a República Popular da China, tanto assim que no momento do golpe de 1964 encontravam-se no Brasil alguns chineses para verificar oportunidades de negócios e de comércio com produtos dos dois países. Aliás, esses chineses foram presos e maltratados, criando incidente diplomático.

A situação só foi normalizada quando, no Governo Ernesto Geisel, Brasil e China, restabeleceram relações diplomáticas, merecendo destacar o precedente do esforço pioneiro de missão pessoal à República Popular da China empreendida pelo empresário paranaense, nascido em São Paulo, Horácio Sabino Coimbra.

Por iniciativa do Ministro de Minas e Energia, Gabriel Passos, foram canceladas as concessões de minério de ferro do truste norte-americano Hanna Co.

Nas conferências de Punta del Este, de 22 a 31 de janeiro de 1962, da Organização dos Estados Americanos (OEA), o Chanceler San Tiago Dantas defendeu a idéia de “neutralização” de Cuba, o que causou irritação aos Estados Unidos, que conseguiram aprovar a expulsão de Cuba da entidade por 14 votos a 1, com abstenção do Brasil.

Poucos dias após essa conferência, o Governador gaúcho Leonel Brizola desapropriou os bens da Companhia Telefônica Nacional, subsidiária da ITT (International Telephone and Telegraph), e em 1959 já encampara subsidiária da American & Foreign Power (Bond & Share).

O Departamento de Estado protestou com veemência contra o que chamou de confisco e o Congresso norte-americano votou a emenda Hickenlooper, suspendendo qualquer ajuda aos países que desapropriassem bens americanos sem indenização imediata, adequada e efetiva.

É oportuno dizer que essas concessionárias gaúchas de serviço público, igual à Cia. Força e Luz de Curitiba, à Light do Rio de Janeiro, estavam obstaculizando o desenvolvimento econômico do país porque não investiam na construção de usinas hidrelétricas e linhas de transmissão, e de novas centrais telefônicas, limitando-se a gerar lucros e remetê-los aos acionistas no exterior.

A criação da Eletrobras, da Copel, da CESP em São Paulo, da Cemig, em Minas Gerais, da Telebras, da Embratel e de outras nos demais Estados, ensejou novo surto de realizações nas áreas de energia e comunicação em proveito da população.

Jango, em 04 de abril de 1962, visitou os Estados Unidos, e se reuniu com o Presidente John Kennedy, assinando o compromisso de “garantir justa compensação às empresas nacionalizadas, que aplicariam os recursos em outros ramos da indústria brasileira”.

De volta ao Brasil, Jango criou a Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviço Público (Conesp), instalou em 1962 a Eletrobras, criou o Conselho Nacional de Comunicação (Contel) e a Comissão Nacional de Energia Nuclear, instituindo o monopólio estatal nessa área estratégica.

Inaugurou-se, em 21 de abril de 1962, a Universidade de Brasília, nascida sob inspiração de Juscelino Kubitschek, porém coube a João Goulart instituir em 15 de janeiro de 1962 a Fundação Universidade de Brasília e inaugurar a própria Universidade, que teve nos professores Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro seus principais impulsionadores, com realce a este último, nomeado por Jango para Ministro da Educação e Chefe da Casa Civil. A professora Helena Bomeny, titular de sociologia da UERJ, relata a trajetória da Universidade de Brasília em texto do livro João Goulart, Entre a Memória e a História, Editora FGV, 2006.

Enquanto o governo Goulart definia claramente suas posições nacionalistas na economia, começaram a aflorar os conflitos na área social decorrentes da inflação e dos pleitos salariais para restabelecer o poder de compra. A explosiva questão da reforma agrária, uma das bandeiras de João Goulart, era posta no tapete de discussão.

O enfrentamento de classes se acentuava no campo e na cidade. A maioria conservadora do Congresso Nacional, formada pelo PSD e UDN, se recusava a modificar o artigo 141 da Constituição Federal, que previa indenização correta e prévia, em dinheiro, para desapropriação de terras por interesse nacional.

O General Amaury Kruehl, Chefe da Casa Militar da Presidência, teria sugerido a Jango fechar o Congresso, e ele respondeu em entrevista ao Diário de Notícias, RJ, em 08.07.1962: “Não participo de qualquer fórmula extra-legal para a solução da crise brasileira. Prefiro renunciar a desmentir minhas convicções democráticas”.

Mediante pressão dos generais comandantes do 1º, 2º, 3º e 4º Exército, o Congresso em 14 e 15 de setembro de 1962 aprovou emenda constitucional fixando a data de 06 de janeiro de 1963 para realização de plebiscito em que o povo decidiria entre os regimes parlamentarista e presidencialista, e autorizou o Presidente da República a organizar gabinete provisório, sem precisar submetê-lo à aprovação do Congresso.

Com os auspícios da CIA e sob pretexto de combater o comunismo e sua penetração no Governo Federal, setores empresariais, com apoio financeiro ostensivo de empresas multinacionais criaram em 1962 o Instituto de Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).



O IPES montou serviço de inteligência com militares reformados, atraiu veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e se ligou à Escola Superior de Guerra, congregando membros da Associação dos Diplomados. O General Golbery do Couto e Silva assumiu posição de comando no IPES e trouxe para a entidade muitos oficiais na ativa e da reserva.

O IBAD por sua vez financiou campanhas eleitorais para Governador, Senado e Câmara Federal no pleito de outubro de 1962, mediante compromisso ideológico de combate sem tréguas ao comunismo.

O empresariado industrial, da área de serviços e rural era bombardeado sistematicamente com informações sobre infiltração comunista no Governo e planos de conquista total do poder.

O IBAD também recebeu muitos recursos e criou vários filhotes como a Ação Democrática Popular, o Movimento Sindical Democrático em São Paulo, a Resistência dos Trabalhadores Livres, no Rio de Janeiro, a Frente da Juventude Democrática, a Campanha da Mulher Democrática e o Serviço de Orientação Rural.

Os dados que acabei de mencionar foram obtidos por Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados em 1963, e constam da obra de Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart - As Lutas Sociais no Brasil*, Editora Civilização Brasileira, 1971.

Apesar desse enorme derrame de dinheiro, a Bancada do PTB cresceu de 66 para 112 Deputados Federais, a Frente Parlamentar Nacionalista elegeu grande número de Parlamentares, o líder socialista Miguel Arraes alçou-se Governador de Pernambuco, que elegeu Senador José Ermínio de Moraes, maior empresário brasileiro e nacionalista convicto, enfrentando multinacionais nos seus ramos de negócio, notadamente na indústria do alumínio. Na Convenção Nacional do PTB de março de 1964, José Ermínio foi eleito Presidente do Diretório Nacional, João Goulart continuou Presidente da Comissão Executiva Nacional e eu me elegei Secretário Geral, deixando uma das quatro Vice-Presidências que exerci desde a morte de Abilón de Souza Naves em 12 de dezembro de 1959.

A crise dos mísseis soviéticos colocados em Cuba, em outubro de 1962, quase degenerou em conflito nuclear Estados Unidos versus bloco soviético, mas os comunistas retrocederam, retiraram os foguetes, fecharam sua base militar e os Estados Unidos desistiram de invadir Cuba.

A América do Norte queria autorização da OEA para invadir a ilha do Caribe, e João Goulart tergiversou invocando a auto-determinação e tentou mediar o confronto, mandando a Havana seu Chefe de Gabinete Militar, o General paranaense Albino Silva.

O Governo e a imprensa dos Estados Unidos a partir daí radicalizaram a posição anti-Goulart e aqui no Brasil a separação direita versus esquerda gerou fosso intransponível. O Presidente John Kennedy, em entrevista à imprensa, criticou a inflação de 5% ao mês no Brasil e aludiu à miséria do Nordeste. Mandou seu irmão

Robert Kennedy ao Brasil para exigir rápida solução ao pagamento das empresas norte-americanas nacionalizadas.

Malgrado essa pressão interna e externa, o plebiscito de janeiro de 1963, deu consagradora vitória de 90% à volta do presidencialismo e às reformas de base embutidas na campanha.

João Goulart nomeou Ministério de alto nível técnico, de centro esquerda, com as melhores cabeças pensantes do país, juristas e professores do gabarito de Hermes Lima, San Tiago Dantas, João Mangabeira, Eliezer Batista, Antonio Balbino, Darci Ribeiro, Almino Afonso e Celso Furtado, titular do Ministério do Planejamento até então inexistente, criado por Jango, que elaborou consistente Plano Trienal, elenco de medidas para combater a inflação e assegurar o crescimento auto-sustentável do país. Aboliu o subsídio ao trigo, ao petróleo e ao papel de imprensa, rumo à uniformização das taxas de câmbio, e adotava providências para estabilização da moeda, que facilitasse o reescalonamento da dívida externa e a obtenção de novos empréstimos.

O déficit estrutural do balanço de pagamentos era conseqüência da remessa de lucros, juros e royalties e da queda de preços de nossos produtos importados pelos Estados Unidos.

Para resolver problemas agrícolas, o Presidente João Goulart nomeou para o Ministério da Agricultura expressões da inteligência e do empresariado nacional: José Ermínio de Moraes e Renato Costa Lima que já exercera a Presidência do Instituto Brasileiro do Café (IBC), na gestão Juscelino Kubitschek.

O esforço governamental concentrou-se na produção de gêneros de primeira necessidade de consumo popular, dando execução plena à Lei de Preços Mínimos para aquisição dos excedentes, através da Comissão de Financiamento à Produção que atuava em conexão com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada em 1937 no primeiro Governo de Getúlio Vargas.

As indústrias transformadoras de bens primários eram financiadas sem trâmites burocráticos, desde que comprovassem o pagamento aos produtores rurais dos preços mínimos vigentes. As empresas de capital genuinamente nacional tinham tratamento preferencial, face à escassez de recursos, mas as transnacionais também se beneficiavam do programa.

Por orientação direta do Presidente João Goulart, o Banco do Brasil adotou normas de crédito vinculando a obrigatoriedade da produção de alimentos, isto é, todos os mutuários contemplados com financiamento de custeio de lavouras de café e algodão, prevista a extensão à cana-de-açúcar, estavam compelidos ao plantio de culturas de subsistência em 30% da área, seja plantio intercalar ou em áreas separadas. Se a extensão fosse grande e copiosa a colheita futura, o produtor tinha que construir armazém ou silo dentro da propriedade ou na rodovia próxima para formar estoque regulador, considerada a insuficiência da rede armazenadora na época.

No Governo João Goulart foram regulamentados os financiamentos de longo prazo e a juros baixos para a eletrificação rural, com a obrigatoriedade da energia ser estendida a todas as casas de trabalhadores que residissem nas fazendas.

Os juros cobrados por empréstimos a pequenos proprietários, arrendatários e percenteiros para custeio de lavouras de arroz, feijão, milho e outras eram subsidiados para assegurar sua continuidade na terra.

Incrementaram-se os financiamentos à pecuária, com ênfase na formação de pastagens, subdivisão de campos, melhoria do padrão zootécnico de rebanho e custeio para manutenção da atividade dos pequenos pecuaristas.

As Unidades Móveis de Crédito Rural (Movecs), mini-agências subordinadas às agências do Banco do Brasil que se deslocavam ao interior dos municípios, introduzidas no Governo Jânio Quadros foram disseminadas pelo interior do país com a missão de democratizar o crédito, pulverizando-o pelo maior número de agricultores.

O governo teve também vigorosa atuação na construção pelo Instituto Brasileiro do Café de rede armazenadora do então principal produto de exportação do país, para abrigar os excedentes de produção adquiridos aos cafeicultores, cujo estoque alcançou mais de 70 milhões de sacas de café.

Armazéns gerais de empresas privadas recebiam generosas tarifas pelo armazenamento, com grande dispêndio de dinheiro público, fazendo-se expressiva economia com a rede própria construída, utilizada hoje para abrigar produtos agrícolas, com o deslocamento das lavouras cafeeiras para regiões diferentes.

Aliás, foi na gestão João Goulart que se executou o Plano de Erradicação de Cafeeiros Improdutivos, sob o comando do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (Gerca), que consistia em indenizar com dinheiro o cafeicultor que eliminasse as árvores menos produtivas, que ainda recebia financiamento do Banco do Brasil para plantio de lavouras substitutivas.

No governo Goulart funcionava, embora com poucos recursos, a Carteira de Colonização do Banco do Brasil, que prestava assistência creditícia a projetos de colonização e expansão da fronteira agrícola para desbravar terras inaproveitadas, dividindo-as em pequenos e médios lotes. Outra função da Carteira de Colonização era financiar, a prazo de quinze anos, juros baixos e carência para o pagamento da primeira prestação, a compra de pequenas áreas por agricultores sem terra.

A gestão João Goulart trouxe inequívoco prestígio ao Paraná, com diversos homens públicos do Estado ocupando importantes funções na administração pública federal: Amaury de Oliveira e Silva, no Ministério do Trabalho, Arthur Santos e eu, em Diretorias do Banco do Brasil, Nelson Maculan na Presidência do Instituto Brasileiro do Café e o General Iberê de Mattos, ex-Prefeito de Curitiba, na Diretoria da Rede Ferroviária Federal.

Através da designação do Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (Getsop) em associação com o Governo Ney Braga, confiado à direção do Engenheiro Deny Schwartz, Jango proporcionou solução definitiva aos confrontos agrários em que os colonos, adquirentes legítimos das terras que lavraram, estavam sendo espoliados por empresas pseudo-colonizadoras, na verdade grileiros usurpadores.

O Plano Trienal fracassou por divergências sobre o preço a ser pago pela compra da Amforp, considerado extorsivo pela esquerda radical, que também mobilizou o desencadeamento de greves na cidade e no campo para pleitear reajustes salariais.

Jango regulamentou a lei que previa o abuso de poder econômico, instalou o Cade, Conselho Administrativo de Defesa Econômica e enquadrando a indústria farmacêutica 90% estrangeira, eliminando o superfaturamento na importação de matérias-primas e outros insumos industriais.

A saída do Ministro da Fazenda San Tiago Dantas, a ruptura das negociações com os EUA sobre o valor do pagamento da compra da Amforp e o fracasso do Plano Trienal exacerbaram a crise política interna, que atingiu o âmago das Forças Armadas com o movimento dos Sargentos exigindo o fim da sua inelegibilidade, pois eram proibidos de concorrer a cargos eletivos.

Jango determinou que a Eletrobras fizesse o tombamento patrimonial e contábil da Bond & Share (Amforp) para estabelecer o real valor dos bens nacionalizados, o que irritou o Embaixador Lincoln Gordon e o governo norte-americano que queriam impor o preço de suas subsidiárias.

Os movimentos de esquerda intensificaram suas reivindicações salariais e pela aprovação das reformas, principalmente a agrária, e os pleitos reivindicatórios se estenderam ao Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro e polícias militares de alguns Estados.

Jango nomeou o ex-Governador de São Paulo, Carvalho Pinto para Ministro da Fazenda, nome de confiança do empresariado, que trouxe alguma tranquilidade. Reformou todo o ministério, mais de centro que o anterior, embora tivesse demitido o General Amaury Kruehl do Ministério das Guerra, que tinha a simpatia das forças de direita.

Carvalho Pinto foi autorizado a lançar Letras do Tesouro emitidas pelo Banco do Brasil, agente financeiro da União, para cobrir déficit público sem emissão de moeda, conseguindo enxugar o meio circulante. Esse procedimento pioneiro foi seguido pelos governos que se sucederam.

Afora estabelecer relações comerciais com a China comunista, Jango procurou estreitar laços econômicos com o bloco socialista e países da África e da América Latina, objetivando diversificar mercados, muitos concentrados nos Estados Unidos e Europa.

Instituiu o Plano Nacional de Saúde e o Plano Nacional de Educação para racionalizar e dinamizar a

atuação do Poder Público nessas duas áreas de fundamental relevância.

O governo agilizou a venda de imóveis construídos pelos antigos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) aos segurados, com financiamentos de longo prazo e juros baixos; iniciou a construção de hospitais regionais pelos IAPs, àquela época bem capitalizados.

Na área sindical, incentivou a formação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, reconheceu a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e regulamentou o Estatuto do Trabalhador Rural.

Regulamentou o Código Brasileiro de Telecomunicações, nacionalizando os serviços de telefonia, telegrafia, rádio-difusão e rádio amador, e criou o Conselho Nacional de Telecomunicações (Contel), alargando a rede de telex.

Essas iniciativas foram a base para a criação da Embratel (Empresa Brasileira de Telecomunicações) prevista no Código Brasileiro de Telecomunicações.

Jango ordenou a dinamização na atuação da Eletrobras e reformulou a legislação sobre o Fundo de Eletrificação. Seu governo designou grupo de trabalho presidido pelo engenheiro Marcondes Ferraz para iniciar estudos sobre o aproveitamento de Sete Quedas no Rio Paraná, e a construção do que seria a maior hidrelétrica do mundo.

Jango acionou a Companhia Vale do Rio Doce no sentido de apressar a construção do Porto de Tubarão, Espírito Santo, para escoamento de minério de ferro e, ao longo de seu governo, inaugurou as usinas siderúrgicas estatais Usiminas, Cosipa e Ferro e Aço de Vitória, hoje privatizadas.

Ele determinou o monopólio da Petrobras na distribuição à granel de derivados de petróleo aos órgãos do governo, autarquias e empresas estatais, que eram servidos por multinacionais.

Praticou medida de proteção à indústria nacional, contrariando interesses norte-americanos, ao revogar a Instrução 113 da Superintendência da Moeda e de Crédito, vinculada ao Banco do Brasil, que permitia a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial, desde que financiados a longo prazo por bancos internacionais. Essa Instrução 113 provinha do governo Café Filho, que substituiu Vargas na Presidência da República.

O Governo baixou a Instrução 242 da Sumoc, proibindo importação de máquinas e equipamentos sempre que houvesse similar nacional, isto é, que a indústria de bens de capital sediada no Brasil pudesse fornecê-los. Além de proteger a indústria nacional, a medida estimulava a atração de empresas estrangeiras para produzir essas máquinas em nosso território.

Tentando amenizar os confrontos com os EUA, Jango manteve encontro com o Presidente John Kennedy em junho de 1963, na cidade de Roma, quando ambos foram assistir a coroação do Papa Paulo VI.

Baseado nas conclusões da CPI da Câmara dos Deputados, Jango suspendeu por três meses o funcionamento do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) pela origem espúria de incalculáveis recursos financeiros grande parte de origem desconhecida, utilizados no financiamento de candidatos a cargos eletivos.

Nesse tempo, as Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, sindicatos patronais em geral e fortes segmentos militares, mesmo nacionalistas como o General Pery Bevilacqua, se opunham abertamente às greves generalizadas e a agitação social, que sacrificavam a economia nacional.

Jango perdeu pela compulsória dos 70 anos o General Osvaldo Ferreira Alves, comandante do 1º Exército, nacionalista e benquisto pela CGT. Poderia tê-lo nomeado Ministro de Guerra, mas preferiu manter no cargo o General Jair Dantas Ribeiro, que na data do golpe de 1964 submeteu-se a cirurgia não urgente, suspeitando-se de uma retirada estratégica para não trair o Presidente e não confrontar-se com os golpistas.

Nesse ínterim, quinhentos Sargentos do Exército, Marinha e Aeronáutica se sublevaram em Brasília, ocupando centros administrativos, para protestar contra decisão do Supremo Tribunal Federal confirmando sua inelegibilidade e cassando mandatos de alguns que tinham sido eleitos. A Bancada do PTB apressava a tramitação de emenda constitucional tornando os sargentos elegíveis.

O Embaixador do Brasil em Washington, Roberto Campos, renunciou ao posto por rejeitar a política econômica nacionalista do governo, justificativa para que os EUA não liberassem o financiamento de US\$ 250 milhões negociados por San Tiago Dantas com o Presidente Kennedy.

Prossigo agora na descrição das derradeiras ocorrências que precederam o golpe de 1964.

O “Grupo dos 11”, uma difusão radiofônica de Leonel Brizola, não tinha armas nem organicidade. Havia mais simbolismo do que realidade. A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), os sindicatos dos marítimos, da construção civil, dos metalúrgicos sabiam promover greves, mas o Presidente João Goulart recusou fornecer-lhes armas de combate.

As Ligas Camponesas, criadas pelo Deputado Francisco Julião, faziam barulho, mas estavam desarmadas. Só pela cabeça dos adversários passava a idéia de que Jango queria implantar uma República Sindicalista.

O PTB, o PSB, a Frente Nacionalista e até o Partido Comunista na ilegalidade não alimentavam intenção golpista e seus militantes estavam absolutamente desarmados, conforme verificado após abril de 1964.

O Serviço Secreto do Exército leal a Jango descobriu que a Ação de Vigilantes do Brasil, organização de direita, detinha carabinas, bombas e outros apetrechos bélicos no Rio de Janeiro, e outra organização armazenava armas em Jacarepaguá, perto de uma propriedade de

João Goulart, e identificaram-se planos para assassinar o Presidente e seus filhos.

O Governador Carlos Lacerda pregava abertamente a derrubada de Jango em entrevista a jornal norte-americano. Em Pernambuco e outros Estados do Nordeste foram apreendidas centenas de armas de guerra.

A imigração de norte-americanos para o Brasil registrou 4.968 pessoas em 1962, números só verificáveis na 2ª Guerra Mundial, e 2.463 em 1963, fazendo supor que eram contingentes enviados pela CIA, um exército secreto de peritos em combater movimentos comunistas. Formava-se panorama consqüente da “guerra fria” e de ação planejada pelos Estados Unidos para opor-se a qualquer possibilidade do Brasil virar uma nova Cuba de tamanho continental. Essas informações constam com amplitude de detalhes e provas no mencionado livro de Moniz Bandeira.

Em tentativa para debelar a crise que se avolumava, João Goulart encaminhou ao Congresso mensagem solicitando o remédio constitucional do Estado de Sítio. A proposta sofreu severas críticas da esquerda e da direita, e o Presidente retirou-a ao certificar-se que seria rejeitada.

Resoluto, Jango seguia sua política nacionalista: decretou o monopólio da Petrobras nas importações de petróleo. Em 23.01.64, regulamentou a Lei de Remessa de Lucros, com o teto de 10%. O que ultrapassasse não serviria de base para novas remessas, bem como as reavaliações de ativos, consideradas reinvestimentos de lucros obtidas no país. Os 10% incidiram sobre os investimentos efetivos de dólares aqui.

No comício de 13 de março, no Rio de Janeiro, em frente ao Ministério da Guerra, na Central do Brasil, com a presença de mais de 200.000 pessoas, Jango anunciou os decretos de encampação de refinarias particulares de petróleo, o tabelamento de aluguéis de imóveis abandonados e a desapropriação de terras valorizadas por investimentos públicos às margens das rodovias e açudes.

Na Mensagem anual enviada ao Congresso em março de 1964, João Goulart insistiu na necessidade de reforma agrária, com a mudança do artigo 141 da Constituição Federal, que previa pagamento prévio e em dinheiro, da reforma política, com direito de voto a soldados e analfabetos, reforma universitária para plena liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra, reforma de Constituição para delegação de poderes ao Executivo e plebiscito para o povo decidir sobre as reformas de base.

Com o apoio de setores majoritários da Igreja Católica, em repúdio ao Comício do dia 13 de março, realizaram-se no Rio, São Paulo, Belo Horizonte e outras cidades concorridas Marchas da Família, com Deus pela Liberdade.

A concentração de marinheiros no Sindicato dos Metalúrgicos, liderada pelo Cabo Anselmo, mais tarde identificado como agente da CIA, que a seguir desfilaram ostensivamente pelo Centro do Rio, e foram anistiados

pelo governo, configurou quebra de disciplina, insuportável para as Forças Armadas. Dia 30 de março de 1964, o Presidente João Goulart compareceu à reunião de sargentos, no Rio de Janeiro, afrontando os oficiais superiores.

A seguir, o golpe, o exílio e vinte anos de ditadura. Mas Jango com espírito superior que a história vai reconhecer evitou de novo o derramamento de sangue em luta fratricida.

Pelos avanços empreendidos na esfera econômica, de viés nacionalista, e no campo dos direitos sociais, e pelo desprendimento e renúncia pessoal para não confrontar compatriotas, João Goulart será reconhecido como estadista pelos historiadores do futuro.”

Mais uma vez homenageando essa Assembléia pela iniciativa dessa solenidade, especialmente o Deputado Barbosa Neto que a requereu. Eu termino dizendo: João Goulart haverá de ser reconhecido pelos historiadores do futuro, como um grande brasileiro e um excepcional estadista.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Convido o Deputado Barbosa Neto para que proceda a entrega da escultura Pinhão de Ouro, símbolo maior do Estado do Paraná, aos ilustres Srs. ex-Deputado Leo de Almeida Neves, o Deputado Federal eleito pelo Rio de Janeiro, Leonel Brizola Neto.

**(Procede-se a entrega do Pinhão de Ouro)**

Esta Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento, para os Srs. Leo de Almeida Neves e Leonel Brizola Neto, por participarem dessa homenagem aos trinta anos de falecimento do ex-Presidente da República João Goulart.

**(Suspensa a Sessão por dois minutos)**

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está reaberta a presente Sessão.

Passamos ao Horário das Lideranças. PP/PSB; PTB/PL/PRB. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto.

### ***Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputado Rossoni, tenho satisfação de hoje me dirigir a V. Exa. que tem sido Parlamentar líder da Oposição aqui. Daqui a duas horas e meia vamos iniciar a construção do Hospital Regional de Ponta Grossa. Acabou o processo licitatório, está assinado o contrato e o Governador em exercício Orlando Pessuti está indo a Ponta Grossa às 17h00 chegando lá às

18h30 para dar a ordem de serviço do maior patrimônio dos nossos filhos e dos nossos netos dos Campos Gerais, dos meus eleitores e dos seus eleitores de toda a região dos Campos Gerais.

Por isso, um dia de alegria hoje, Um dia que Ponta Grossa espera 183 anos, o dia que aparecesse um Governador que tivesse o devido respeito pela saúde de Ponta Grossa e nos desse aquilo que Maringá já tem, Cascavel já tem e Londrina já tem.

E fiquei mais feliz hoje ao saber que o Hospital de Ponta Grossa virá a ser maior que o de Maringá e maior que o de Cascavel. E mais moderno que o de Londrina.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje é o dia, o dia de iniciar a obra, o sonho de um povo de 183 anos: o nosso hospital. A única região dos Campos Gerais que não tinha um Hospital Regional começa a ter a partir de agora.

A empresa que ganhou é a CVP de São Paulo, uma grande empresa que começa a obra em cinco dias. Em cinco dias começa a terraplanagem, duzentos a trezentos empregados diretos, fora os indiretos, com mão-de-obra de toda a região. E para nós é um grande patrimônio.

Por isso, Duílio, V. Exa. que tem um Hospital Regional de Cascavel próximo de sua terra, Deputado Elio Rusch que tem também um Hospital de Cascavel como referencial do Oeste do Paraná, nós agora temos o nosso Hospital Regional de Ponta Grossa, que começa a obra. Ordem de serviço hoje, cinco dias começam as obras, uma obra de quase quinze milhões.

Nós queremos agradecer o Governo, foi uma luta parlamentar nossa, uma luta do Prefeito Pedro Vosgrau do PSDB, uma luta de todos nós, uma luta do povo de Ponta Grossa, uma luta dos Prefeitos dos Campos Gerais, uma luta da saúde, uma luta de todos, do Secretário Xavier e de todos nós.

Por isso não vou me estender, vim apenas fazer esse comunicado. O Hospital Regional de Ponta Grossa a partir de hoje passa a ser uma realidade.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PPS, PDT, PFL, PT, PSDB, PMDB, Liderança do Governo, Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

## ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 029/06, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente, reivindicando um maior equilíbrio entre a carga de trabalho e os vencimentos dos Diretores de Escolas Estaduais

do Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2710, de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpellini, com apoioimento da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***Redação Final***

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 142/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a proibição, em todo o território do Estado do Paraná, da capina química nas áreas que relaciona. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 142/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica proibida a capina química em áreas de faixa de domínio de ferrovias e rodovias em todo o território do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. A proibição contida no *caput* do presente artigo não se aplica à capina química em áreas rurais.

Art. 2º Para os fins a que se destina a presente lei, são adotadas as seguintes definições:

I - capina química é o método de eliminação de plantas invasoras, através de uso de defensivos agrícolas.

Art. 3º O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, regulamentará a presente lei, através da edição de normas, quando necessário, bem como se encarregará de seu fiel cumprimento.

Art. 4º As ações periódicas de acompanhamento e fiscalização do objeto da presente lei ficarão a cargo da

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por intermédio dos escritórios regionais do Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 5º Fica estabelecido o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da publicação desta lei, para que sejam providenciadas as adequações necessárias ao seu fiel cumprimento.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.06.  
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 485/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que institui o Sistema de Número Fechado para as unidades prisionais e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 485/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído o Sistema de Número Fechado de Presos nas unidades prisionais do Estado subordinadas à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania ou à Secretaria de Estado da Segurança Pública

§ 1º O Sistema de Número Fechado destina-se a aferir a real capacidade de ocupação em cada estabelecimento penal.

§ 2º A capacidade real de cada estabelecimento será definida por decreto do Poder Executivo nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Art. 2º Pelo Sistema de Número Fechado, para receber novo preso, a unidade prisional do Estado deverá transferir outro preso para outra unidade, de forma a não ultrapassar a capacidade definida na forma do parágrafo 2º do artigo 1º desta lei.

Parágrafo Único. Ultrapassada a capacidade real de todos os estabelecimentos prisionais, fica o Poder Executivo obrigado a construir ou adaptar o imóvel, no prazo de cento e oitenta dias, para receber os presos excedentes.

Art. 3º Em nenhuma hipótese será permitido o internamento, na mesma cela, de sentenciados e presos que estejam aguardando julgamento.

Art. 4º Todos os presos condenados que cumprem pena sob guarda da Polícia Civil, em cadeias públicas, delegacias de polícia e distritos policiais, serão removidos para estabelecimentos penais adequados, conforme o

regime inicial de cumprimento de pena ou determinado pelo Juiz de Execuções Criminais.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de sessenta dias após a sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.06.  
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

## ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 636/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que torna obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema os reservatórios das usinas geradoras de eletricidade de propriedade do Governo do Estado do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 636/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Torna obrigatória a construção de canais apropriados para facilitar a piracema nos reservatórios das usinas geradoras de energia elétrica e reservatórios de água de propriedade das empresas, sejam de natureza estatal ou privada, que tenham reservatórios localizados no território paranaense.

Parágrafo Único. A obrigatoriedade da construção de canais terá como objetivo facilitar a piracema nas bacias hidrográficas e nos reservatórios de água, visando proteger e preservar a fauna, recursos ambientais indispensáveis ao equilíbrio dos ecossistemas aquáticos no território do Estado do Paraná.

Art. 2º Os reservatórios localizados em rios limítrofes com outros estados devem ser notificados ao Estado confinante para a efetiva execução desta lei.

Art. 3º As empresas estatais que pertençam ao Governo do Paraná deverão fazer constar de seus orçamentos anuais os valores referentes à adequação desta lei.

Art. 4º As empresas deverão se adequar aos parâmetros dessa lei no prazo de 5 (cinco) anos, sob pena de esvaziamento do reservatório.

Art. 5º Esta lei será executada pela integração da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Instituto Ambiental do Paraná.

Art. 6º Torna obrigatória a inclusão da navegação fluvial nos estudos e projetos de divisão de que-

das para fins de aproveitamento hidrelétrico dos rios estaduais, de modo a viabilizar a implantação de hidrovias contínuas em toda a extensão desses cursos d'água.

Art. 7º Torna obrigatória a instalação de eclusas ou outros dispositivos de transposição para fins de transporte hidroviário, em obras de represamentos de rios navegáveis ou potencialmente navegáveis.

Art. 8º Sem prejuízo das demais exigências legais, no licenciamento ambiental dos empreendimentos de que trata o artigo 6º desta lei, serão incluídas, obrigatoriamente, as respectivas eclusas ou outras obras de transposição.

Art. 9º O Estado articular-se-á com a União e os Municípios na implantação das instalações hidrelétricas, visando o aproveitamento do potencial de navegabilidade dos cursos d'água, atendida a política dos recursos hídricos.

Art. 10. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 309/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que altera a redação do artigo 240 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO  
PROJETO DE LEI Nº 309/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o parágrafo 2º do artigo 240 da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Paraná, com a seguinte redação:

“Art. 240....

§ 2º A licença não perdurará por tempo superior a 2 (dois) anos contínuos, prorrogável pelo mesmo prazo por uma única vez e, só poderá ser concedida nova licença, depois de decorridos 2 (dois) anos do término da anterior”.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.11.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

## 2ª Discussão

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 318/05, de autoria da Deputada Elza Correia, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Salim Sahão *in memoriam*.. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 781/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jonel Chede. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/06, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a venda de rifas por alunos das escolas estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT.

Em discussão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

O Deputado Luiz Carlos Martins não está em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Bem lembrado, o projeto sairá de pauta.

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 428/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que altera o artigo 3º da Lei nº 14.940, de 15 de dezembro de 2005, que institui o “Selo de Qualidade Paraná”. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

O Deputado autor, Alexandre Curi, não está presente, **será retirado de pauta.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 447/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que altera o item “c” do artigo 3º da Lei nº 15.119 de 2006 (Padrões de acesso às calçadas e vias públicas). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

O Deputado autor, Ângelo Vanhoni não está presente, **será retirado de pauta.**

### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 523/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que autoriza o Poder Executivo a criar, no município de Reserva, uma Ciretran.

**PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

# ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 524/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que cria a Superintendência Regional DER/PR do Sudoeste do Paraná, com sede em Pato Branco. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

## 1ª Discussão

# ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 222/06, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Luiz Carlos de Lima. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 039/06, de 02.05.06, em Projetos de Lei)**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 222/06

### P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Luiz Carlos de Lima.

O presente projeto é constitucional, uma vez que não fere dispositivos da Constituição no que diz respeito à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

O projeto é legal, pois está amparado pela Lei nº 13.115/01 que, em seu artigo 1º, inciso I, determina que:

*Art. 1º O título de cidadão honorário ou de cidadão benemérito será concedido à pessoa que tenha prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná e que satisfaça pelo menos um dos requisitos seguintes:*

*I - exercício, com denodo e proficiência, de cargo, função, emprego ou atividade, de natureza pública ou privada.*

Já o artigo 2º caput estabelece:

*Art. 2º Cabe exclusivamente aos partidos políticos com assento na Assembléia Legislativa apresentarem projetos de lei concedendo títulos de cidadão honorário ou cidadão benemérito no Estado do Paraná.*

O nobre Deputado preenche tal requisito, tendo inclusive anexado autorização da Liderança de seu Partido, para a inclusão em sua quota partidária.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, e não havendo óbices de natureza constitucional, regimental e de técnica legislativa, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) **(Pela Ordem)**

O Deputado José Domingos Scarpellini não está em Plenário.

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

**Será retirado da pauta.**

# ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 498/06, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Obesos da cidade de Ponta Grossa e Campos Gerais, com sede e foro no município de Ponta Grossa. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 112/06, de 16/10/06, em Projetos de Lei).**

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 498/06

### P A R E C E R :

#### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Jocelito Canto, declara de Utilidade Pública a Associação dos Obesos da cidade de Ponta Grossa e Campos Gerais, com sede e foro no município de Ponta Grossa, Paraná.

#### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) **(Pela Ordem)**

Apenas uma Questão de Ordem, se V. Exa. me permitir. Eu acho que nós temos que tomar uma atitude. Eu vejo sendo aprovados projetos e Deputados não estarem presentes. De repente, indicado que o Deputado Luiz Carlos Martins não está aqui. Realmente, não está.

Então é o seguinte: ou se tem uma regra para todos os projetos ou nós estamos prejudicando o Deputado Luiz Carlos Martins, que não está aqui. Nós temos vários projetos na pauta de hoje, estes Deputados não estão aqui. Tem que existir uma regra. Ou é para todos ou não é para ninguém.

Quero levantar esta Questão de Ordem, sei que V. Exa. não tem nenhuma culpa desta questão, mas acho que temos que dar uma atenção maior a esta situação ou a Mesa tomar uma deliberação, porque senão estaremos sendo injustos com alguns Parlamentares.

Agradeço.



O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Deputado Rossoni, V. Exa. tem razão. É uma decisão tomada pelo Presidente desta Mesa, não é regimental, mas é uma decisão da Presidência de não colocar em pauta e nós estamos seguindo.

Houve um lapso no sentido de aprovar alguns projetos, de início, de Deputados que não estavam, mas a partir do momento do questionamento do Deputado Jocelito nós estamos seguindo a mesma norma para todos.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 500/06, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declarando de Utilidade Pública a Associação Desportiva Beneficente Fênix do Corpo de Bombeiros de Guarapuava, com sede e foro no município de Guarapuava. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 112/06, de 16/10/06, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 500/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública a Associação Desportiva Beneficente Fênix do Corpo de Bombeiros de Guarapuava, com sede e foro no município de Guarapuava.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 505/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declarando de Utilidade Pública a Comunidade Católica Emanuel, com sede e foro na comarca de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 116/06, de 23/10/06, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 505/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de Utilidade Pública a Comunidade

Católica Emanuel, com sede e foro no município e comarca de Paranavaí.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 506/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declarando de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional do Noroeste do Paraná - Fadenpar, com sede e foro no município de Loanda. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 116/06, de 23/11/06, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 506/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, declara de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional do Noroeste do Paraná - Fadenpar, com sede e foro no município de Loanda, Estado do Paraná.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 515/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, instituindo o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR - segundo os critérios que determina, e dá outras providências, sendo sede e foro na cidade de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/06, de 06/11/06, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 515/06

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado

Rafael Greca, institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR - segundo os critérios que determina, e dá outras providências, sendo sede e foro na cidade de Curitiba.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 18**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 522/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida, com sede em Boa Vista da Aparecida e foro na Comarca de Capitão Leônidas Marques. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 124/06, de 13/11/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 522/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, tem por desiderato declarar de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida, no município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 19**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declarando de Utilidade Pública a Associação Cultura Franciscana, com sede no município de Ponta Grossa e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. **COM PARECER FAVORÁVEL**

**DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 124/06, de 13/11/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 527/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Hermas Brandão, declara de Utilidade Pública a Associação Cultura Franciscana, com sede no município de Ponta Grossa e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 20**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 535/06, de autoria da Deputada Elza Correia, declarando de Utilidade Pública o Resgate Bombeiro Civil (O Resgate), com sede e foro no município de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 128/06, de 21/11/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 535/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Elza Correia, declara de Utilidade Pública o Resgate Bombeiro Civil, com sede e foro no município de Londrina.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

O SR. ELTON CARLOS WELTER (PT)

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Queria justificar a ausência nas votações da Sessão de hoje dos Deputados Estaduais Ângelo Vanhoni e André Vargas, ambos eleitos Deputados Federais, que estão em missão em Brasília.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB)

Questão de Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, eu tenho um projeto de lei no Item 12, que foi deixado de votar, no momento em que eu estava na sala e não ouvi. Gostaria que fosse colocado em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Esta Mesa vai deferir e vai colocar em votação, Deputado Scarpellini.

ITEM Nº 12 - 1ª Discussão do Projeto de Lei nº 222/06. Autoria do Deputado José Domingos Scarpellini. Concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Luiz Carlos de Lima.

Solicito a 1ª Secretária, Deputada Elza Correia, que proceda à chamada para votação nominal. Os que forem favoráveis responderão SIM e os que são contrários responderão NÃO.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Elza Correia)

(Procede à chamada nominal para votação)

Trinta e seis votos SIM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Por unanimidade está aprovado o projeto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Gostaria de fazer um requerimento verbal à Mesa Executiva para que retornasse com o projeto de lei de item nº 7 da pauta de hoje, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que foi retirado por solicitação do Deputado Jocelito Canto, alegando que o Deputado não se encontrava em Plenário. E o Deputado Luiz Carlos Martins se encontra no Plenário agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Na ocasião o Deputado não estava. Colocaremos o projeto na Extraordinária em seguida.

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 2674, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2675 a 2678 e 2682, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2683 a 2685, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2686, de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2687, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2688, de autoria do Deputado Barbosa Neto, com apoio da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2689 a 2708, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2709, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 547/03 e 245/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 774/05; 211, 262, 274, 298, 300, 337, 354, 360, 361, 400, 416, 454, 516 e 540/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 517, 518 e 529/06.

Marco ainda uma Sessão Ordinária para quarta-feira, dia 06, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 774/05 e 298/06.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 211, 222, 264, 416, 498, 505, 515, 518 e 527/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 706/05 e 512/06.

Levanta-se a Sessão.

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 139**

### **23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>28</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>28</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>28</b>
<b>Expediente:</b>	
Requerimento .....	28

#### **Ordem do Dia:**

Discussão/Votação	
Redação Final .....	29
2ª Discussão .....	30
1ª Discussão .....	31

#### **Encerramento da Sessão .....32**

#### **Publicações**

Diretoria Geral	
Portarias .....	32

### **DIÁRIO Nº 139**

### **23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA 23ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2006**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pela Sra. Deputada Elza Correia e pelo Sr. Deputado Antonio Anibelli.

#### **Presenças:**

Às quinze horas e quarenta e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca,

Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri e Valdir Rossoni, (41).

Ausentes os Srs. Deputados: Arlete Caramês, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Chico Noroeste, Hermes Fonseca, Luiz Carlos Martins, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos e Waldir Leite (11).

Em viagem representativa o Sr. Deputado Vanderlei Iensen (01).

Em licença médica o Sr. Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

#### **Expediente:**

#### **Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 2711

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de

suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 05.12.06.

(a) CIDA BORGHETTI

## **Ordem do Dia:**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## **Discussão/Votação**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

## **Redação Final**

### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 547/03, de autoria dos Deputados José Maria Ferreira e Tadeu Veneri, que regulamenta o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná (soberania popular). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 547/03  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### **D E C R E T A :**

Art. 1º A presente lei tem por objetivo regulamentar o artigo 2º da Constituição do Estado do Paraná, em matéria de plebiscito, referendo e iniciativa popular.

Art. 2º A soberania popular é exercida por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, nos termos desta lei e das normas constitucionais pertinentes, mediante:

- I - plebiscito;
- II - referendo;
- III - iniciativa popular.

Art. 3º Plebiscito e referendo são consultas formuladas ao povo para que delibere sobre matéria de acentuada relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

§ 1º O plebiscito é convocado com anterioridade e ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.

§ 2º O referendo é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.

Art. 4º O plebiscito e o referendo deverão ser convocados por meio de decreto legislativo, subscrito por um terço dos Deputados Estaduais.

Art. 5º Aprovado o ato convocatório, o Presidente da Assembléia Legislativa dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

- I - fixar a data da consulta popular;
- II - tornar pública a cédula respectiva;
- III - expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV - assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, os partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 6º Convocado o plebiscito, o projeto legislativo ou medida administrativa não efetivada, cujas matérias constituam objeto da consulta popular, terá sustada sua tramitação, até que o resultado das urnas seja proclamado.

Art. 7º O plebiscito ou referendo, convocado nos termos da presente lei, será considerado aprovado ou rejeitado por maioria simples, exigindo-se o comparecimento da maioria absoluta do eleitorado, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 8º O referendo pode ser convocado no prazo de trinta dias, a contar da promulgação de lei ou adoção de medida administrativa, que se relacione de maneira direta com a consulta popular.

Art. 9º A tramitação dos projetos de plebiscito e referendo obedecerá às normas do Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Art. 10. A iniciativa popular consiste na apresentação de projeto de lei à Assembléia Legislativa, subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinquenta municípios, com um por cento dos eleitores inscritos em cada um deles.

§ 1º O projeto de lei de iniciativa popular deverá circunscrever-se a um só assunto.

§ 2º O projeto de lei de iniciativa popular não poderá ser rejeitado por vício de forma, cabendo à Assembléia Legislativa, por seu órgão competente, providenciar a correção de eventuais impropriedades de técnica legislativa ou de redação.

Art. 11. A Assembléia Legislativa, verificando o cumprimento das exigências estabelecidas no artigo 9º e respectivos parágrafos, dará seguimento à iniciativa popular, consoante as normas do Regimento Interno.

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

## ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 245/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Milton Buabssi. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 245/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Sr. Milton Buabssi.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.12.06.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente  
CIDA BORGHETTI - Relatora

## 2ª Discussão

### ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 774/05, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, fica proibida a pesca com uso de arpões nas águas de domínio do território paranaense. COM PARECERES DA CCJ e CAICTM. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CAICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que institui o Programa de Fomento à Indústria Audiovisual no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. **Retirado da pauta, autor ausente.**

### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 262/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que institui o Dia Estadual de Combate ao Abuso Sexual e à Exploração de Crianças e Adolescentes, a ser comemorado anualmente no dia 18 de maio. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que dispõe sobre afixação de cartazes em estabelecimentos que vendam bebidas alcoó-

licas e cigarros no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 298/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que dispõe sobre a proibição do uso de telefones celulares e outras espécies de comunicações por ondas no interior dos estabelecimentos prisionais do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.

Em votação o Projeto ressalvado o Substitutivo. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 300/06, de autoria da Deputada Elza Correia, fica instituído, em caráter permanente, no Calendário Oficial de Políticas Públicas e Cultura, o Programa Paraná Fazendo Arte, da Secretaria de Estado da Cultura. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 337/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que dispõe sobre a proteção da saúde dos consumidores nos estabelecimentos comerciais que ofertam locação e respectivo acesso a jogos de computador em rede local, conhecidos como Lan House - Local Área Network, e seus correlatos, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 354/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, que institui no Calendário Oficial de Eventos do Estado a Festa do 1º de Maio - Dia do Trabalhador, realizada pelo Seminário São José Operário, no município de Cascavel. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 360/06, de autoria da Deputada Elza Correia, que revoga a Lei nº 3.865, de 07 de novembro de 2002. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Sr. Presidente, a Lei nº 3.865 que está sendo revogada?

**(Assentimento)**

O número da Lei não é 3865, não, é 13865. Foi registrado na súmula de forma equivocada.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Será corrigido, Deputado José Maria, no autó-grafo.

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 361/06, de autoria do Deputado Francisco Bühner, que reconhece o Rodeio Crioulo como evento esportivo cultural oficial no Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 400/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, que torna obrigatória, no âmbito do Estado do Paraná, a disponibilidade de cadeiras de rodas para deficientes físicos e idosos nas agências bancárias. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CAICTM. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/06, de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada que liga o município de Cantagalo ao entroncamento do município de Goioxim. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Retirado da pauta, autor ausente.

#### ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 454/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que autoriza a doação de imóveis à Federação das Associações de Bairros de Maringá. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 516/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação Assistencial Amélie Boudet - segundo os critérios que determina, e dá outras providências, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o Projeto ressalvada a Emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda. **Aprovada.**

#### ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 540/06, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, que declara de

Utilidade Pública a Casa Antônio Frederico Ozanam, com sede e foro no município e comarca de Paranaíba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### 1ª Discussão

#### ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 517/06, de autoria do Deputado Rafael Greca, que institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Rua Eugênio Link e Adjacências segundo os critérios que determina, com sede e foro em Curitiba, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 121/06, de 06/11/06, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 517/06

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Rafael Greca, institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Associação de Moradores da Rua Eugênio Link e Adjacências segundo os critérios que determina, com sede e foro em Curitiba.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, porém ao analisarmos a Lei Complementar nº 95/98 que dispõe sobre a redação e elaboração de leis verificamos que o referido projeto está em descompasso com o artigo 9º que prevê:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 28.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DÚLIO GENARI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 517/06

Conforme o disposto no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o artigo 2º do Projeto de Lei nº 517/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.”

Assim somos de parecer favorável, na forma da Emenda.

Sala das Comissões, em 28.11.06.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 518/06, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, declarando de Utilidade Pública o Instituto Coletivo das Águas, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 122/06, de 07/11/06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 518/06

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, declara de Utilidade Pública o Instituto Coletivo das Águas, com sede e foro no município de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

##### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 28.11.06.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 529/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declarando de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Prudentópolis, sendo sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/06, de 13/11/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 529/06

P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Prudentópolis, sendo sede e foro no mesmo município.

##### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.  
Sala das Comissões, em 28.11.06.  
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

#### Requerimento

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a Mesa, Requerimento nº 2711, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

#### Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.

#### Publicações:

#### Diretoria Geral

##### Portarias

PORTARIA Nº 131/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9011, datado de 21 de novembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, LENITA SILVA BARROSO, matrícula nº 40.402, de cento e oitenta (180) dias, a partir de 08 de novembro de 2006, CID. F 31.6.

Gabinete da Diretoria Geral, 05.12.06.  
(a) ABIB MIGUEL

PORTARIA Nº 132/06

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 9063, datado de 21 de novembro de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, ROSELI TEREZINHA TALAZ AIOLFI, matrícula nº 40.887, de sessenta (60) dias, a partir de 16 de novembro de 2006, CID. 10 - F 32.2+F 41.0.

Gabinete da Diretoria Geral, 05.12.06.  
(a) ABIB MIGUEL